

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) – Comunicação de**

Líder: Quero aproveitar meu tempo na tribuna hoje para fazer uma fala não usual, Ver. Pablo. Estou me algemando aqui – eu queria demonstrar como o Estado Brasileiro trata o empreendedor hoje. (Mostra os braços algemados.) Esta é a forma com que o Estado Brasileiro trata o empreendedor hoje: como um criminoso. O empreendedor brasileiro hoje é um criminoso, mas ontem nós tivemos uma decisão importante no Brasil, na Câmara Federal, que

diz respeito à MP de liberdade econômica em um país em que aquele que gera empregos, rendas, inovações, oferece serviços, produtos, toma risco é considerado um explorador. É considerado um criminoso, precisa constantemente provar a sua inocência, a MP de liberdade econômica é muito bem-vinda e serve como uma espécie de Lei Áurea do empreendedor. É isso o que ela faz com o empreendedor brasileiro: ela liberta a iniciativa do cidadão que toma riscos, que gera empregos, que gera renda e permite que não mais o empreendedor seja escravo de um Estado, que precise pedir a benção para trabalhar, a benção para empregar. Foi aprovada com 345 votos favoráveis, 80% do Parlamento, um quórum de proposta de emenda constitucional – PEC. Hoje, o Brasil ocupa a 109ª posição no *ranking* do *in business*, facilidade de fazer negócios, que pode avançar mais de 50 posições com a MP da liberdade econômica, que agora vai ao Senado. Quando a gente fala sobre o índice de liberdade econômica, em que o Brasil está na 150ª posição, o Brasil pode avançar mais de 100 posições e se colocar ao lado de países referência, países prósperos, países onde o desemprego não é de 12%, mas, sim, de 2%, 3%. Com a melhora no ambiente de negócios, nós teremos em torno de 3 milhões de empregos criados; em torno de sete pontos percentuais de PIB, de renda *per capita*. São conquistas importantes as trazidas pela MP da liberdade econômica, e a militância do PT está aqui a gritar contra. O PT também foi contra o Plano Real, foi contra a reforma da previdência, é contra tudo aquilo que é bom para o Brasil. A MP retira a exigência de alvará de funcionamento, sanitário e de localização para empreendimentos de baixo risco – como cabeleireiros e diversos outros empreendimentos de baixo risco –, que não precisarão mais pedir amém do Estado para poderem trabalhar. De novo, a MP solta as mãos de quem empreende, libertando, portanto, da escravidão, da burocracia; facilita que *startups* sejam criadas; dispensa licenças enquanto a empresa estiver testando,

desenvolvendo ou implementando novas tecnologias; flexibiliza atividade econômica em horários e dias de trabalho – possibilitando, por exemplo, que bancos possam trabalhar aos sábados e que diversos outros tipos de comércio possam trabalhar aos domingos. Muito importante: trata do tema de abuso regulatório, limita o poder do Estado para que ele não possa intervir na atividade econômica criando, por exemplo, as chamadas reservas de mercado. Nas palavras do nosso ministro Paulo Guedes, o Brasil hoje tem cinco bancos, seis empreiteiras, uma produtora de petróleo, três distribuidoras de gás e 200 milhões de patos, porque nós criamos reservas de mercado. Para mudar esse cenário, a MP da liberdade econômica veio.

A gente saúda e parabeniza o Ministério e, em especial, o secretário Paulo Uebel, que foi um dos pais dessa proposição que agora vai para o Senado com todo o apoio da bancada do NOVO. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)